

Regulação da IA no horizonte

Evento promovido pelo Lide e pelo **Correio** reuniu autoridades e especialistas para debater criação de regras para o setor

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» PEDRO JOSÉ BORGES

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A renovação do governo Lula para outros quatros anos de mandato coloca a regulamentação da inteligência artificial (IA) no radar. Essa é uma das metas do presidente reeleito, junto com o fortalecimento das regras para as big techs no geral, com foco nas que controlam plataformas digitais. O tema repercute em todas as esferas, em especial no Judiciário e no Legislativo, que terão papel central na discussão. Ontem, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e ministro aposentado Luís Roberto Barroso defendeu que o movimento deve ser um consenso entre o governo e o Congresso, apesar das divergências esperadas para o próximo ano no Parlamento, com o avanço de partidos de direita.

"Parto do princípio de que as pessoas devem agir sempre com boa-fé e boa vontade, não importa se a pessoa é liberal ou progressista. Não pode ter pornografia infantil, não pode ter incentivo ao suicídio. Então, pessoas de boa-fé e bom senso são capazes de construir consenso, independentemente de serem conservadoras ou progressistas", disse Barroso em conversa com jornalistas após sua participação no 9º Brasília Summit, promovido pelo Lide em parceria com o **Correio Braziliense**, no Brasília Palace Hotel.

> **Parto do princípio de que as pessoas devem agir sempre com boa-fé e boa vontade, não importa se a pessoa é liberal ou progressista. Não pode ter pornografia infantil, não pode ter incentivo ao suicídio. Então, pessoas de boa-fé e bom senso são capazes de construir consenso, conservadoras ou progressistas"**
>
> ***Luís Roberto Barroso,*** *ex-presidente do STF*

O comentário de Barroso em prol da regulação das IAs ocorreu no dia seguinte a uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que multou em R$ 7,5 milhões a empresa Meta, dona do Instagram, do Facebook e do WhatsApp, por descumprir decisões judiciais durante a campanha das eleições presidenciais de outubro. Questionado sobre a medida, Barroso evitou comentá-la sob a justificativa de não ter lido a publicação. Ele, porém, ponderou que uma eventual regulamentação das redes sociais deve estabelecer critérios claros de transparência para não servir como mecanismo de censura.

"Acho que as plataformas digitais passaram a ser espaços públicos administrados privadamente. Então, eu acho que tem de ter regras de neutralidade", completou Barroso, que, atualmente, voltou ao ofício de advogado, sócio de um escritório jurídico.

Momentos antes de conversar com jornalistas, o ministro aposentado participou de um painel sobre inteligência artificial. Ao defender a regulamentação, Barroso reconheceu os avanços da tecnologia para a qualificação do trabalho e dos profissionais. Ele, no entanto, alertou para o risco de os robôs desenvolverem características originalmente humanas. "Se a IA tiver vontade própria, há o risco de que ela domine o mundo. Cientistas dizem que há 10% de chance de esse cenário ocorrer. Então, eu pergunto: você entraria em um avião que teria 10% de chances de cair? Pois é, eu não!", indagou Barroso.

Freio para a IA

O risco de robôs de inteligência artificial substituírem atividades originalmente humanas no Poder Judiciário foi apontado pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luís Felipe Salomão. Intitulada "Transparência Tecnológica e Controle Humano do Uso da Inteligência Artificial no Brasil", a palestra de Salomão no evento rechaçou a possibilidade de robôs atuarem como juízes em tribunais.

» Cenário pós-eleições

O senador Eduardo Gomes (PL-TO) também comentou a relação entre a polarização política e a atuação do Congresso Nacional. Para ele, parlamentares de diferentes correntes têm atribuições constitucionais a cumprir, enquanto a radicalização entre direita e esquerda abre espaço para a atuação do centro. Gomes defendeu que o debate político retome parâmetros democráticos e que as disputas eleitorais sejam separadas das responsabilidades de governo. Segundo ele, o objetivo deve ser preservar o equilíbrio entre as instituições, com independência.

"É impossível, no campo do Poder Judiciário, você imaginar a figura do juiz robô. Essa figura de quase um filme de Hollywood. No Judiciário brasileiro, não vai poder existir e não existirá, justamente porque temos uma previsão constitucional que exige decisões humanas fundamentadas, e também a transparência. A cláusula pétrea constitucional é a supervisão humana", opinou Salomão.

Na avaliação do representante do STJ, uma possível regulamentação da IA no Brasil deve ter como "cruciais" pontos relacionados à responsabilidade e à transparência. "Essas regulações, elas precisam responder a duas perguntas. A primeira: transparência. Como verificar o que o sistema fez? A segunda pergunta: quem responde pelo resultado? Essa segunda pergunta, de quem responde pelo resultado, eu diria que é uma incógnita até para o próprio Poder Judiciário", explicou o magistrado.

Embora tenha ponderado limites à utilidade da inteligência artificial no Judiciário na Justiça, o presidente do STJ argumentou que linguagens automatizadas por robôs têm importância diante dos mais de 40 milhões novos processos que tramitam por ano. "40 milhões de novos processos por ano e quase 80 milhões de ações em andamento — um processo para cada duas pessoas no Brasil. O uso da IA nesse ecossistema precisa levar em conta o nosso quantitativo e a exigência constitucional de um juiz humano para proferir as decisões", argumentou.

Competitividade

Discussões sobre como levar relevância e competitividade à inteligência artificial no Brasil também foram realizadas no Brasília Summit. O senador Eduardo Gomes (PL-TO), vice-presidente do Senado e titular da Comissão de Comunicação e Direito Digital da Casa, atrelou discussões sobre regulação da IA ao reconhecimento do resultado das últimas eleições presidenciais e ao foco das classes empresariais e políticas nos investimentos para o país.

"Passada a ressaca eleitoral, o foco principal deve ser cuidar do país. Os maiores empresários do Brasil continuam dispostos a investir aqui", pregou Gomes, ao destacar que o Brasil reuniria empresários capacitados. "Quem está com medo de investir no Brasil vai investir onde? No Paraguai. Quem está aqui são os melhores e maiores empresários do nosso país", ironizou, citando o país vizinho, que enfrenta problemas relacionados à política e ao sistema financeiro, que levaram ao impeachment e à prisão do ex-presidente Santiago Peña.

Também presentes na mesa sobre mercado de IA, regulação e competitividade no Brasil, os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do projeto de inteligência artificial da Câmara, e Adriana Ventura (Novo-SP) discorreram sobre questões jurídicas do país no âmbito de mercados voltados à tecnologia.

Enquanto, para Ribeiro, a legislação tradicional não consegue acompanhar, de forma permanente, as mudanças tecnológicas na área de IA, e que, por isso, a regulação deve ter mecanismos de governança flexíveis para permitir atualizações, Ventura considerou que a abrangência da inteligência artificial na sociedade tende a ir "muito além" da lei que vem sendo discutida no Congresso.

"A gente precisa resolver o que a gente quer regular, tem que ficar claro. (...) A régua não é a mesma", disse a parlamentar do Novo, ao comparar regulações em áreas da saúde com uma possível lei sobre o uso do aplicativo de conversas WhatsApp, e cobrar legislações claras sobre o setor para evitar fuga de capital na área de inteligência artificial.

Open Finance desafia soberania



O avanço do Open Finance e a integração de dados devem transformar a relação entre consumidores e instituições financeiras, mas também levantam questões sobre soberania nacional, educação financeira e regulação. O superintendente de Estratégia Regulatória do Bradesco, Fernando Freitas, apontou a inteligência artificial (IA), os agentes digitais e a ampliação do compartilhamento de dados como três vetores de transformação do setor. Ele também defendeu a expansão do conceito de dados abertos para além do sistema financeiro.

"A gente enxerga três grandes vetores: a inteligência artificial junto com os agentes, o Open Finance, e uma provocação que eu vou colocar aqui que é o 'Open Tudo'. O dado é do usuário, então, não só os dados do sistema financeiro, mas todos os dados deveriam ser abertos para que o cidadão possa ter melhores serviços", afirmou, ontem, durante o painel *Pix, Open Finance e o Futuro da Infraestrutura Financeira*, no 9º Brasília Summit, promovido pelo Lide em parceria com o **Correio Braziliense**.

O Open Finance, ou Sistema Financeiro Aberto, permite que clientes autorizem o compartilhamento padronizado de suas informações financeiras entre diferentes instituições. A proposta é ampliar a concorrência e permitir que consumidores e empresas tenham acesso a produtos e serviços adequados ao próprio perfil. Para Freitas, a discussão sobre o compartilhamento de dados também envolve a soberania nacional diante da concentração do desenvolvimento de inteligência artificial em empresas dos Estados Unidos e da China. Segundo ele, o Brasil precisa buscar participação na cadeia de valor da tecnologia, em vez de atuar apenas como consumidor.

"A inteligência artificial hoje pertence aos Estados Unidos e à China, e os dados pertencem a cada país. A soberania nacional tem a ver com isso: quem pode acessar esses dados através do Open Finance?", questionou. "Nós só somos usuários da IA, mas não pertencemos à cadeia de valor da IA. Como cidadão brasileiro, nós deveríamos pensar seriamente em como estar dentro dessa cadeia e não apenas ser usuário", acrescentou.

A presidente da Associação Open Finance Brasil, Ana Carla Abrão, classificou o sistema como uma transformação menos conhecida pelo público do que o Pix, mas com potencial de alterar a estrutura do mercado financeiro. Segundo ela, a iniciativa do Banco Central buscou ampliar a abertura, a concorrência e a inovação no setor, tornando o país uma referência internacional.

"O Open Finance é uma revolução menos conhecida e muito mais silenciosa do que o Pix, o nosso primo mais conhecido. Ao criar o Open Finance, o Banco Central mirou no que viu — criar as condições para um sistema financeiro mais aberto, competitivo e inovador — e acertou no que não viu, tornando o Brasil uma referência mundial", afirmou. A presidente da associação também definiu o modelo como uma parceria público-privada, na qual a política foi estruturada pelo Banco Central e implementada com participação do mercado financeiro.

"É uma política pública que foi implementada pelo mercado. É um exemplo de PPP (parceria público-privada) muito bem-sucedido e fruto de um processo de evolução de uma instituição que é o Banco Central do Brasil", afirmou.

Fundador e CEO da Dasiplan, Rodrigo Takeuchi apontou que a evolução tecnológica não elimina a necessidade de orientação aos consumidores. Para ele, a educação financeira é um dos principais desafios para que as pessoas consigam aproveitar as ferramentas disponíveis. "O Open Finance estabeleceu que o dado pertence ao cliente e não mais somente à instituição financeira. A tecnologia está evoluindo mais rápido do que a gente tem a capacidade de regular, mas acho fundamental a gente reconhecer a importância do regulador", declarou.

Takeuchi afirmou que o principal obstáculo à expansão dos serviços financeiros digitais deixou de ser a tecnologia e passou a envolver a capacidade dos usuários de compreender e conduzir as próprias decisões. "O gargalo hoje já não é mais a tecnologia... O gargalo hoje virou realmente o humano. Eu não acredito que com a IA os clientes vão conseguir fazer a jornada sozinhos, ainda falta muita educação financeira", disse.

CEO do Grupo X-VIA e head do Lide IA, Magno Maciel defendeu que a integração de dados desenvolvida pelo mercado financeiro sirva de referência para a digitalização dos serviços públicos. Segundo ele, a comunicação entre sistemas poderia reduzir a necessidade de o cidadão apresentar repetidamente as mesmas informações a diferentes órgãos. "Essa arquitetura e interoperabilidade que existe no mercado financeiro tem que servir de inspiração para que a gente também possa ter esse mesmo benefício enquanto cidadãos, para que os nossos dados também se conversem na esfera pública. Por que a gente ainda precisa ser o motoboy do Estado?", questionou.

Maciel também afirmou ainda que a interoperabilidade é uma etapa necessária para a aplicação da inteligência artificial em diferentes setores. Para ele, a experiência brasileira na integração de informações financeiras pode contribuir para o desenvolvimento de serviços digitais. (**PJB**)

> **É impossível você imaginar a figura do juiz robô. Essa figura de quase um filme de Hollywood. No Judiciário brasileiro, não vai poder existir e não existirá. Temos previsão constitucional que exige decisões humanas"**
>
> ***Ministro Luís Felipe Salomão,*** *presidente do STJ*